



BREVES APONTAMENTOS ACERCA DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INDÚSTRIA: O CONTEXTO BRASILEIRO E A REGIÃO NORDESTE DIANTE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Brief notes on the historical evolution of the industry: the Brazilian context and the northeast region in the face of deindustrialization

Breves apuntes sobre la evolución histórica de la industria: el contexto brasileño y la región nordeste frente a la desindustrialización

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v24.838>

Anderson Felipe Leite dos Santos¹

Histórico do Artigo:

Recebido em 21 de abril de 2022

Aceito em 11 de setembro de 2022

Publicado em 28 de setembro de 2022

RESUMO

A industrialização é um fenômeno mundial com temporalidades e espacialidades diferentes. No Brasil, a industrialização é um processo relativamente recente, datado de meados da década 1930 e com traços espaciais marcados pela centralização de investimentos, notadamente na região Sudeste. A disparidade geográfica da distribuição da indústria nacional levou o Estado a estabelecer estratégias de desconcentração responsáveis por expandir a industrialização para o Nordeste, sobretudo a partir de 1960. Entretanto, o modelo industrial implementado no Brasil, fortemente apoiado nas políticas estatais e no capital estrangeiro, logo deu sinais de esgotamento e culminou em uma desindustrialização precoce, com efeitos sistemáticos e socioterritoriais. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo realizar uma síntese da evolução histórica da indústria, em especial no contexto brasileiro e nordestino, bem como apresentar alguns apontamentos acerca do processo de desindustrialização no país. Para tanto, efetuamos um estudo bibliográfico de autores que vêm trabalhando com a temática, a exemplo de Andrade (1970); Araújo (1997); Cano (1985, 2014); Carlos (1988); Pintaudi e Carlos (1995); Sampaio (2015), entre outros.

Palavras-Chave: Revolução histórica da indústria. Industrialização no Nordeste. Desindustrialização no Brasil.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP. Bolsista da FAPESP, 2021/04265-5.

Email: anderson.felipe@unesp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1947-5175>

ABSTRACT

Industrialization is a worldwide phenomenon with different temporalities and spatialities. In Brazil, industrialization is a relatively recent process, dating from the mid-1930s and with spatial traits marked by the centralization of investments, notably in the Southeast region. The geographical disparity in the distribution of national industry led the State to establish deconcentration strategies responsible for expanding industrialization to the Northeast, especially after 1960. However, the industrial model implemented in Brazil, strongly supported by state policies and foreign capital, it soon showed signs of exhaustion and culminated in early de-industrialization, with systematic and socio-territorial effects. Given the above, this work aims to make a synthesis of the historical evolution of the industry, especially in the Brazilian and Northeastern context, as well as to present some notes about the deindustrialization process in the country. To this end, we carried out a bibliographic study of authors who have been working with the theme, such as Andrade (1970); Araújo (1997); Cano (1985, 2014); Carlos (1988); Pintaui and Carlos (1995); Sampaio (2015), among others.

Keywords: Historic industry revolution. Industrialization in the Northeast. Deindustrialization in Brazil.

RESUMEN

La industrialización es un fenómeno mundial con diferentes temporalidades y espacialidades. En Brasil, la industrialización es un proceso relativamente reciente, que data de mediados de la década de 1930 y con rasgos espaciales marcados por la centralización de las inversiones, principalmente en la región Sudeste. La disparidad geográfica en la distribución de la industria nacional llevó al Estado a establecer estrategias de desconcentración responsables de la expansión de la industrialización hacia el Nordeste, especialmente después de 1960. Sin embargo, el modelo industrial implementado en Brasil, fuertemente apoyado por políticas estatales y capital extranjero, pronto mostró signos de agotamiento y culminó en una temprana desindustrialización, con efectos sistémicos y socio territoriales. Teniendo en cuenta lo anterior, este trabajo tiene como objetivo hacer una síntesis de la evolución histórica de la industria, especialmente en el contexto brasileño y del noreste, así como presentar algunas notas sobre el proceso de desindustrialización en el país. Para ello, realizamos un estudio bibliográfico de autores que vienen trabajando con el tema, como Andrade (1970); Araújo (1997); Cano (1985, 2014); Carlos (1988); Pintaui y Carlos (1995); Sampaio (2015), entre otros.

Palabras clave: Revolución histórica de la industria. Industrialización en el Nordeste. Desindustrialización en Brasil.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um esforço de síntese para destacar alguns apontamentos acerca da evolução histórica da indústria, dando destaque ao Brasil, no curso do processo de industrialização, e da região Nordeste, no contexto industrial nacional. Sendo um fenômeno mundial, a industrialização acontece de formas e intensidades diferentes nos países do globo; e, num mesmo país, a espacialização das indústrias acontece de forma mais expressiva em determinadas localidades. De acordo Suzigan (2000, p. 10),

É razoável admitir que nenhum país pode se tornar industrializado a partir do nada. Sempre há um conjunto de fatores condicionantes que abrangem desde o espaço geográfico até aspectos culturais, passando por fatores políticos, econômicos e de política econômica, sociais, institucionais, científicos e tecnológicos, e pela forma de inserção na economia mundial. Em conjunto, esses fatores condicionam o processo de industrialização, ampliando ou limitando as possibilidades de expansão e de aprofundamento desse processo.

No Brasil, destaca-se a região Sudeste, principalmente o estado de São Paulo, como o “polo hegemônico industrial do país” (LENCIONI, 1998, p. 27). Nesse sentido, não tem como falar de industrialização sem destacar esse estado.

No Nordeste, a industrialização é mais tardia e alguns estados ganham relevo, notadamente Pernambuco e Bahia. Onde há o desenvolvimento industrial, há organização de toda uma estrutura dotando o espaço de condições materiais para a realização do movimento do capital industrial, alterando aspectos da paisagem e até mesmo o cotidiano das pessoas. Dessa forma, é necessário compreender que o espaço não é só a superfície da terra, ou como as pessoas se organizam, é a materialização da sociedade. E a materialização não é só matéria, ela tem movimento, tem cultura. Então, é esse movimento que precisa ser considerado no processo de produção do espaço, pois ele é mutável e não fixo. O que dá garantia de movimento ao espaço são os fluxos, no entanto, como os fluxos passam por transformações, todos estão em constante mudança, e isso é notável com a chegada das grandes indústrias.

Apesar de todas as mudanças ocasionadas com a industrialização brasileira, hoje se vivencia um processo de desindustrialização, ou seja, de mudanças sociais e econômicas, e isso acontece quando um determinado país atinge um patamar de maturidade no setor, o que não ocorreu no Brasil. Conforme Cano (2014, p. 150),

No caso dos países subdesenvolvidos, a UNCTAD a denominou de “desindustrialização precoce ou negativa”. Isto porque suas indústrias, ainda que continuassem a crescer, o faziam a taxas reduzidas, diminuindo suas participações na produção mundial, reduzindo a taxa de investimento, sofrendo estagnação ou queda da produtividade, perda de competitividade externa e interna e flagrante queda na participação de exportações de manufaturados.

Nesse contexto, o processo de desindustrialização no território brasileiro acontece de forma prematura, trazendo problemas estruturais para o país. Segundo o Jornal da USP, em 2015 o Brasil tinha 384,7 mil estabelecimentos industriais e, no fim do ano passado, a estimativa era de que o número tenha caído para 348,1 mil. Em seis anos, foram extintas 36,6 mil fábricas, o que equivale a uma média de 17 fábricas fechadas por dia no período. Os números são de um estudo feito pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) para o Estadão/*Broadcast*, no fim do ano passado (FERRAZ JR., 2021).

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo realizar uma síntese da evolução histórica da indústria, em especial no contexto brasileiro e nordestino, bem como apresentar alguns apontamentos acerca do processo de desindustrialização no país.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo analítico, tendo em vista a fundamentação teórica e metodológica para aquisição de informações e interpretações sobre a temática em questão. É uma pesquisa de cunho qualitativo, pois expõe as concepções e ideias dos autores: Andrade (1970), F. Versiani e M. Versiani (1975), Cano (1985, 2014), Carlos (1988), Pintaudi e Carlos (1995), Araújo (1997), Suzigan (2000), Sampaio (2015), entre outros pesquisadores que abordam a evolução histórica da indústria, a desindustrialização e a industrialização no Nordeste do Brasil.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INDÚSTRIA: ARTESANATO, MANUFATURA E MAQUINOFATURA

A evolução histórica da indústria aponta para três fases principais, as quais comparecem assinaladas a partir de aspectos sociais, políticos, econômicos, produtivos e técnicos diferentes que condicionaram e foram condicionados por espacialidades distintas. De acordo com a evolução da humanidade, a atividade industrial pode ser dividida em três estágios: o artesanato, a manufatura e a maquinofatura.

No sistema feudal, os servos produziam o necessário para seu consumo e subsistência, dependiam de sua habilidade e técnica com as ferramentas à disposição. “A produção feudal se caracterizava pela distribuição de terras. A riqueza significava número de servos e não quantidade de dinheiro e propriedades como ocorre hoje” (CARLOS, 1988, p. 25). Esse momento histórico marca uma sociedade em que cada indivíduo, apesar da interdependência social, é o principal responsável por produzir o que vai consumir, sendo as terras comunais, isto é, as terras pertenciam a todos. “O servo e sua família cultivavam o próprio alimento e produziam o que lhes era necessário. O senhor do feudo logo atraía aqueles que se mostravam bons artesãos para sua casa” (OLIVEIRA; DANTAS, 2019, p. 5). É preciso ressaltar que essa relação não era considerada de escravidão, pois parte do que era produzido ficava com os servos. De acordo Oliveira (2003, p. 34), “com o feudalismo, pela primeira vez na história surgia a cidade produtiva, fundando um novo padrão de divisão social do trabalho entre campo e cidade”.

Nesse período, dada a autossuficiência da sociedade, a primeira forma de organização da produção foi o artesanato, etapa em que o artesão era o dono dos meios de produção (instalações, ferramentas manuais e matéria-prima), realizando todas as fases do processo de produção. “Cada pedaço era criado por um artesão individual e de maneira independente, utilizando, dessa forma, seus

próprios padrões de medida. O resultado disso era que o consumidor tinha exatamente o que ele almejava, mas com um custo que normalmente era alto” (DIAS, 2006, p. 3).

Com o passar do tempo (a partir do século XV) e, principalmente, devido ao crescimento populacional na segunda metade do século XVIII, que gerou o aumento do consumo, o trabalho artesanal foi dando lugar a outras formas de organização da produção. Isso acabou favorecendo o desenvolvimento da manufatura, uma nova relação de produção fundamentada na dicotomia entre o trabalhador assalariado e o capitalista, tendo essa nova sociedade por essência a redefinição das relações produtivas entre os homens, agora pautadas na busca da riqueza pela riqueza, inaugurando-se a fase hedonista. Isto significa o prazer como o objetivo principal da vida, onde a busca de satisfação dá ao homem o sentido de poder em oposição aos valores feudais que condenavam a usura e o enriquecimento (CARLOS, 1988).

Nesse sistema de produção (manufatura), tem-se como características principais a divisão do trabalho, isto é, cada trabalhador realiza uma única etapa da produção; o uso de máquinas simples; a redução do tempo gasto na produção por unidade de mercadorias produzidas; e o trabalho assalariado. Segundo Oliveira (2003, p. 39), “a manufatura representa um avanço na forma de organização de produção em comparação com o artesanato e o putting-out, mas não revoluciona as bases técnicas dessas formas de produção”.

Sendo assim, é importante destacar que as transformações que levaram ao surgimento da indústria moderna no século XVIII foram as reformulações nas relações sociais: ocorre a substituição das antigas relações feudais – baseadas no trabalho servo de subsistência e nas terras comunais – por relações sociais baseadas na propriedade privada da terra e dos bens de produção. Nas relações feudais a riqueza da produção não era associada à mercadoria, ao dinheiro e à propriedade privada, e sim na quantidade de servos que trabalhavam nos feudos. “O modelo econômico do período feudal tratou o indivíduo como parte da terra. Nesse sistema, os servos tinham uma dupla missão: de cuidar das suas terras e das terras do senhor” (OLIVEIRA; DANTAS, 2019, p. 6). Dessa forma, destaca-se que era preciso substituir as relações feudais para que o capitalismo pudesse se desenvolver.

Nesse sentido, se estabelece novas relações sociais no modo de produção capitalista, sendo agora entre a classe trabalhadora e os donos do meio de produção, os quais passam a ocupar o topo da pirâmide social hierárquica, diferentemente do sistema feudal, em que o topo da pirâmide hierárquica era composto pelos senhores feudais, pela nobreza e pelo clero (CARLOS, 1988). A partir da criação da propriedade privada e do surgimento da burguesia comercial, prevalece novas relações que passam a ter na produção urbana, industrial e no trabalho as formas de obter riqueza, favorecendo ao surgimento da indústria moderna no século XVIII.

O florescimento da cidade em consequência do comércio, da indústria e da manufatura, muda o sentido do processo de produção. De uma produção voltada para a subsistência, que determina o consumo, passa-se para uma produção com vistas ao mercado urbano. Destarte, essa nova conjuntura dá origem a uma massa de trabalhadores despojada dos meios de produção que, não encontrando terra para o cultivo, se dispõem a vender sua força de trabalho, aumentando a quantidade de mercadorias produzidas, intensificando as atividades comerciais e levando ao crescimento das manufaturas (CARLOS, 1988).

Desse modo, com a acumulação de capital pelos burgueses, há uma mudança política, pois agora se faz necessário que o Estado proteja os interesses daqueles que acumularam, pelo seu próprio empenho, bens e propriedades. Outra mudança proporcionada com o crescimento das manufaturas é que os lucros obtidos permitiram a muitos donos de oficinas investirem em novas e avançadas técnicas de produção. De acordo Benavides (1996, p. 70), a “burguesia triunfante abraça-se a esse conceito que faz do Estado a ordem jurídica, o corpo normativo, a máquina do poder político exterior à Sociedade, compreendida esta como esfera mais dilatada, de substrato materialmente econômico”.

Consequentemente, as ferramentas foram aos poucos substituídas por máquinas cada vez mais elaboradas. A produção doméstica deu lugar ao sistema fabril, pois “a grande indústria, com suas técnicas revolucionárias, tende a destruir a pequena produção artesanal e manufatureira pela concorrência” (OLIVEIRA, 2003, p. 63). Essa é a fase conhecida como maquinofatura, sistema produtivo cujas características principais são: emprego maciço de máquinas, produção em larga escala, divisão do trabalho e formação de uma nova classe social de trabalhadores – o operariado. Com a revolução industrial, “o surgimento das novas relações sociais agora se assenta predominantemente na contradição entre burguesia e proletariado e não mais entre nobreza e o clero” (CARLOS, 1988, p. 29).

Portanto, nota-se que antes da máquina a produção necessitava da habilidade artesanal do trabalhador, agora isso não era mais necessário porque qualquer trabalhador poderia manejar a máquina e realizar todo o processo sozinho. Na prática, isso significa que não era mais necessário um trabalhador com habilidades manuais, e o resultado disso foi a redução do seu salário. A partir do exposto, percebe-se que, ao longo da evolução histórica da indústria, houve mudanças significativas nas relações sociais e no uso da terra. Devido à dinamicidade do capitalismo, a tendência é sempre haver modificações que impactam diretamente a sociedade, e um exemplo disso é a crescente diminuição de empregos motivada pela chegada de máquinas cada vez mais eficientes.

O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

Quando os países desenvolvidos vão evoluindo, observa-se um avanço do setor secundário e terciário da economia, o qual leva a um crescimento das indústrias e do setor do comércio e serviços. Com esse processo, ocorre paralelamente a diminuição da participação do setor primário (agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e animal) no Produto Interno Bruto (PIB).

No entanto, é necessário destacar que o arrefecimento da participação do setor primário é apenas relativo, pois quando o número de indústrias e o setor terciário crescem conseqüentemente se amplia o processo de urbanização, e a sociedade tem uma demanda maior sobre os produtos primários, sobretudo alimentos. Então, ressalta-se que, em um primeiro momento, o setor secundário e terciário cresce muito, deixando o setor primário para trás. Mas, logo em seguida, observa-se que o setor primário também se moderniza, voltando a ter participação importante no PIB.

Dessa forma, a estrutura social e econômica dos países desenvolvidos alcança certa medida de estabilidade quando atingem a maturidade na produção industrial, se tornando mais diversificada e dinâmica, passando a produzir bens de capital que atendem a produção de outros produtos. Um exemplo a ser citado é referente às indústrias dos países desenvolvidos, que produzem principalmente bens de capital para outras fábricas (como máquinas e equipamentos para as indústrias automobilísticas), sendo produtos que possuem valor de mercado maior com relação aos artefatos que, por exemplo, são produzidos nas indústrias de bens de consumo no Brasil, como a farinha.

À medida que a produção industrial nos países desenvolvidos foi se dinamizando, automaticamente se intensificou o processo de urbanização que, por sua vez, aumentou a demanda de serviços de todas as ordens, como comércio, saúde, transporte, entre outros, levando à dilatação do setor terciário. Ou seja, a produção industrial cresce de tal maneira que demanda elevadas quantidades de serviços, fazendo com que os investimentos, antes concentrados na indústria, comecem a ser expandidos para o setor terciário. Isso proporciona a desaceleração da produção industrial, ocasionando o processo de desindustrialização dos países desenvolvidos que, neste caso, possui um aspecto positivo. Assim, a desaceleração da produção industrial significa que esses países alcançaram a maturidade do processo de industrialização, depois de terem desenvolvido por completo as suas indústrias.

De acordo Nassif (2008, p. 74), “ao contrário do que pode suspeitar o senso comum, a desindustrialização de um país não é necessariamente um fenômeno negativo seja em relação à sustentação do crescimento econômico no longo prazo, seja com respeito ao padrão de bem-estar de sua sociedade”. Ainda nessa concepção, Rowthorn e Ramaswamy (1999, p. 19) afirmam que, “a

desindustrialização em economias avançadas não é necessariamente um fenômeno indesejável, mas essencialmente uma consequência natural do dinamismo exibido por esses países”.

Destarte, enfatiza-se que o processo de desindustrialização pode ser tanto positivo para os países desenvolvidos, quanto negativo para os países subdesenvolvidos que não alcançaram o patamar de 30% e 40% de sua produção industrial dedicada aos bens de capital, não atingindo, dessa maneira, a maturidade industrial. No caso de países da América Latina, incluindo o Brasil, esse processo se tornou prejudicial. Conforme Sampaio (2015, pp. 70-71),

O receituário neoliberal mostrou seu caráter perverso na América Latina, especialmente a partir da década de 1990, tendo em vista que permitiu uma integração financeira de forma mais dinâmica do que a produtiva, com a entrada dos ditames do Consenso de Washington. A pré-condição para que ocorresse a abertura comercial e financeira naquele ritmo e intensidade foi a crise da dívida dos anos 1980, que resultou na saída do Estado como principal agente coordenador do desenvolvimento econômico no Brasil.

Nesse contexto, o processo de desindustrialização no Brasil começou a partir de 1980, antes que pudesse alcançar a sua maturidade industrial, isto é, sem desenvolver a sua indústria por completo. Logo, conclui-se que o Brasil não conseguiu atingir o patamar de 30% e 40% de sua produção industrial, dedicado aos bens de capital, não atingindo a sua maturidade. Destaca-se que foi possível desenvolver as indústrias de bens de produção e as indústrias de bens de consumo, porém não conseguiu expandir, de forma expressiva, as indústrias de bens de capital, ou seja, as indústrias que produzem equipamentos e instalações para outras indústrias. Segundo Lamoso (2019, p. 255),

Essa desindustrialização, para o conjunto dos dados nacionais, é ainda mais agravada pela perda de dinamismo da indústria do petróleo que, apesar de extrativa, indicava suas pretensões na direção de fortalecimento da indústria nacional como fornecedora de máquinas e equipamentos e verticalização do conhecimento. Desativar este setor como origem de compras de conteúdo nacional, afunda (com perdão do trocadilho) também, a indústria naval e, num efeito dominó, os pequenos e médios fornecedores de serviços, a demanda para o comércio varejista e a arrecadação de estados, municípios via royalties.

Portanto, o processo de desindustrialização no Brasil se dá de forma negativa pelo fato de que apresenta uma queda precoce da produção industrial, quando havia a possibilidade de explorar ainda mais essa atividade econômica. Avalia-se, desse modo, que a desindustrialização brasileira – assim como ocorreu nos países desenvolvidos, a exemplo da Alemanha e dos Estados Unidos – terá uma queda da produção industrial e crescimento do setor terciário.

Observa-se também que haverá diferenças na ampliação do setor terciário no Brasil em relação aos países desenvolvidos no que tange ao crescimento dos serviços e do comércio. É notório nos países desenvolvidos um alto padrão de vida da população, gerando conseqüentemente um aumento da demanda de serviços sofisticados. Já com relação aos países subdesenvolvidos, como no

caso do Brasil, o crescimento do setor terciário acaba refletindo alguns problemas socioeconômicos de cunho histórico como, por exemplo, o desemprego e a migração dos trabalhadores desempregados para o setor informal. Portanto, percebe-se que no Brasil, a maior parte da população não terá um alto padrão de vida e, mesmo existindo serviços sofisticados, será em menor quantidade, pois não consegue alcançar a maior parcela da população.

Segundo Sampaio (2015), as consequências da desindustrialização do Brasil poderão ser elencadas em quatro esferas de análise, a saber: i) desindustrialização absoluta; ii) desindustrialização relativa por aumento do conteúdo importado; iii) desindustrialização relativa por aumento do coeficiente de importação; iv) desindustrialização relativa por aumento do *gap* tecnológico. O Quadro 1, elaborado a partir das abordagens do autor, resume as quatro esferas da desindustrialização no Brasil.

Quadro 1: Esferas de análises da desindustrialização no Brasil.

Desindustrialização absoluta	Refere-se, em suma, ao fechamento de unidades locais industriais ou de redução do valor real da produção e do valor absoluto do emprego na indústria de transformação no total, setorial ou regional. Apesar de ocorrer encerramento de funcionamento de empresas no Brasil, particularmente com empresas de capital nacional, não se constituiu em fenômeno generalizado acompanhado de redução da produção industrial. Neste sentido, a desindustrialização absoluta demonstra baixa capacidade de explicação para o fenômeno em termos totais para o país.
Desindustrialização relativa por aumento do conteúdo importado	Está associada a alterações quantitativas e qualitativas na estrutura industrial brasileira e, dadas as suas especificidades, pode ser entendida como um processo truncado (COMIN, 2009). Em geral, a literatura consultada aponta para três principais efeitos para a desindustrialização brasileira, de natureza quantitativa e qualitativa: perda de densidade no tecido industrial (ou de cadeias produtivas), substituição do produto final nacional pelo importado e aumento do <i>gap</i> tecnológico em comparação à dinâmica dos setores mais avançados tecnologicamente [...]. Deste modo, uma maneira de se visualizarem os efeitos da desindustrialização é a substituição do conteúdo nacional pelo importado, isto é, a perda de elos de cadeias produtivas.
Desindustrialização por aumento do coeficiente de importação	Em outra medida, observa-se um segundo movimento da desindustrialização (Desindustrialização por aumento do coeficiente de importação), acentuando os impactos para o desenvolvimento econômico nacional. Trata-se, por exemplo, da regressão das formas do capital, ou seja, de empresas que eram predominantemente de “capital industrial” e passaram a atuar de forma mais preponderante na órbita mercantil, assim como a Renner e a Hering.
Desindustrialização relativa por aumento do <i>gap</i> tecnológico	A quarta aplicação (desindustrialização relativa por aumento do <i>gap</i> tecnológico) para o qual se justificam as explicações para a desindustrialização foi levantada por Arend e Fonseca (2013) e por Belluzzo (2014) e aponta para o aumento do <i>gap</i> tecnológico da economia brasileira em relação aos países centrais. Enquanto o mundo caminha para a Quarta Revolução Industrial, com os desenvolvimentos da nanotecnologia, da biotecnologia e de energias renováveis, o Brasil ainda não realizou a Terceira Revolução Industrial, ou seja, já são pelo menos três décadas e meia de atraso em relação às economias centrais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Sampaio (2015, pp. 75-84).

Portanto, diante dos conceitos levantados por Sampaio (2015), observando a desindustrialização por um olhar estruturalista, essa terá quatro possíveis significados, favorecendo, de certa forma, o seu conceito tradicional.

O MERCADO COMO AGENTE DIRECIONADOR DA INDÚSTRIA NA REGIÃO NORDESTE

Os primeiros 50 anos das indústrias brasileiras compreendem o período de 1880 a 1930. Desse modo, no que se refere à configuração da indústria brasileira, é preciso destacar que ela surge de forma pontual nesse primeiro período, o que não se caracteriza ainda como um processo de industrialização. Assim, a indústria surge e vai se concentrando em áreas pré-determinadas pelas lógicas de concentração, definidas pela dinâmica da atividade cafeeira. Conforme Carlos (1988, p. 23), “a atividade industrial é altamente concentrada do ponto de vista espacial e exige a inter-relação entre parcelas do espaço já que está longe de ser uma atividade que se auto-sustenta [sic]”.

Nesse sentido, é importante compreender que a infraestrutura legada pela economia agroexportadora, encabeçada pelo café, acaba criando condições materiais para a localização da indústria nascente no final do século XIX até 1930. Segundo Pintaudi, Carlos (1995, p. 6), “este produto foi também responsável por transformações no setor de comunicações e transportes que serão decisivos também para a implantação de indústrias no estado de São Paulo”.

Anteriormente a esse contexto vivenciado a partir de 1930, pode-se notar que a agropecuária em 1900 respondia a 45% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e a produção de café para a exportação era a principal atividade do país. Os cafeicultores, que dominavam a política, não tinham a industrialização entre suas prioridades. Em 1910, a maioria dos produtos industrializados vinha da Europa, mas a Primeira Guerra Mundial provocou a diminuição da oferta, tornando-os caros demais. Novas fábricas surgiram aqui, substituindo as importações. Assim, em 1920, parte dos ganhos obtidos com a venda de café passou a ser investida na criação de bancos e indústrias, como a de sacaria para grãos. “Nesse sentido, o período 1920-1929 aparece como de importância não desprezível no processo de industrialização brasileira” (VERSIANI, F.; VERSIANI, M., 1975, p. 61).

Em 1929, uma crise econômica começou nos Estados Unidos e afetou outros países. O preço internacional do café despencou e muitos cafeicultores faliram. Nesse contexto, na década de 1930, os cafeicultores perderam seu poder político. O governo e os investidores se voltaram para a criação de indústrias. Segundo Marson (2012, p. 43),

A década de 1930 começou sob o efeito da crise internacional de 1929. Este fato, mais a Revolução de 1930, transformaram a economia brasileira. Segundo a historiografia, tais

acontecimentos favoreceram a indústria, já em 1932, viu-se recuperada e produzindo aos níveis pré-crise.

Ao falarmos da industrialização no Brasil, não se pode esquecer-se de destacar a região Sudeste, principalmente o estado de São Paulo, pois é no “Sudeste brasileiro e, particularmente, no Estado de São Paulo, que se apresentaram, no final do Século XIX, as circunstâncias que permitiram e garantiram o florescimento da indústria no País” (PINTAUDI; CARLOS, 1995, p. 5).

Embora vários tipos de indústrias comecem a surgir, segmentos específicos despontam como os mais expressivos, a exemplo da indústria alimentícia e têxtil. Salienta-se que esses setores ganham destaque no início da industrialização, pois atendiam às necessidades básicas da população. Vale ressaltar também que, mesmo atendendo às demandas da população, essas indústrias não possibilitaram a independência do Brasil em relação ao desenvolvimento de tecnologias, já que continuou-se a importar as máquinas dos países industrializados e a produzir produtos considerados de segunda linha.

Nesse contexto, o processo de implantação de indústrias na região Nordeste do Brasil e a sua expansão estão relacionados à forma como os outros setores da economia evoluíram e a outros processos paralelos como, por exemplo, o grande papel exercido pelo Estado nesse processo. Avalia-se que nessa região, haverá uma heterogeneidade complexa dos espaços, pois alguns serão totalmente dinâmicos e outros só reproduzirão atividades tradicionais.

Segundo Alves (2009, n. p.),

Ao longo dos anos 1950, dentro do ideal nacional-desenvolvimentista à época dominante, a situação de estagnação relativa na qual se encontra o Nordeste passa a ser vista como um entrave ao processo maior de desenvolvimento do país. O Nordeste é, então, contemplado por uma nova política que avança frente ao caráter assistencialista das políticas anteriores e se firma em cima da transferência de capitais produtivos para a região, através de uma política de incentivos fiscais e financeiros. A industrialização é o elemento central dessa política.

De acordo Bercovici (2013, p. 194), “a política estatal desenvolvida em “regiões problemas”, como o Nordeste e a Amazônia, voltou-se no sentido de reduzir desníveis existentes entre as várias partes do país, evitando a acentuação dos desequilíbrios regionais”. E por que seria o Nordeste uma “região problema”? Segundo Andrade (1970, p. 86):

Constitui o Nordeste a região problema do País, devido à estratificação das estruturas sociais organizadas no período colonial, aos baixos níveis tecnológicos de sua agricultura e de sua pecuária e à diversidade de meio natural; aquela em que o subdesenvolvimento se apresenta de forma mais acentuada e reclama medidas de reforma mais urgentes.

Nessa perspectiva, é preciso compreender que o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado por Celso Furtado no final da década de 1950, foi essencial para a industrialização no Nordeste, visto que o setor agroexportador não daria conta de impulsionar o desenvolvimento da Região. Segundo Pinto (2020, p. 55), o GTDN foi “produzido ao final do governo de Juscelino Kubitschek, em 1959, teve força de proposição na consolidação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no mesmo ano”. A Sudene “tinha por função dinamizar as forças produtivas das suas áreas de atuação e integrá-las ao sistema nacional” (BERCOVICI, 2013, p. 194).

Conforme Araújo (1997, p. 8), “Uma das propostas centrais do relatório do GTDN – como ficou conhecido aquele documento – era estimular a industrialização no Nordeste como forma de superar as dificuldades geradas pela velha base agroexportadora nordestina.”

É importante destacar que, na época, havia-se uma grande desigualdade regional, no qual a região Centro-Sul se sobressaía em relação aos aspectos socioeconômicos comparados com a região Nordeste. Esta última apresentava uma grande quantidade de desempregados nas áreas urbanas, fruto de constantes crises da agricultura de subsistência, provocadas principalmente pelas condições climáticas típicas do semiárido nordestino, fazendo com que as pessoas migrassem em busca de melhores condições de vida e, até mesmo, como única alternativa para sobrevivência. Na comparação Nordeste e Centro-Sul, o Nordeste detinha um ritmo menor de crescimento econômico, denotando “desigualdades regionais de níveis de vida que são históricas” (PINTO, 2020, pp. 57-58).

No ano de 1961, a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) conseguiu dar um grande passo para o início da industrialização na região Nordeste, pois introduziu os incentivos fiscais no I Plano Diretor da Sudene, o qual foi aprovado pela Lei n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961, que afirma no Artigo 3, parágrafo 2 e no Artigo 36 o seguinte, de acordo Brasil (1961, n. p.):

§ 2º A SUDENE fiscalizará a execução das obras e serviços delegados e prestará, nesse caso, assistência técnica e administrativa aos órgãos estaduais e municipais. (BRASIL, 1961).

Art. 36. É o Poder Executivo autorizado a pôr à disposição da SUDENE o total do crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), cuja abertura foi autorizada pelo art. 25 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, para ser aplicado, de conformidade com o disposto no art. 24 da mesma lei, no programa a seguir discriminado, bem como para ressarcimento de adiantamentos autorizados pelo Presidente da República e feitos para financiar a realização de obras discriminadas na presente lei:

I - Investimentos em Energia Elétrica

a) Aumento da capacidade de geração, melhoria da rede de distribuição e obras correlatas inclusive elaboração dos respectivos estudos, da usina térmica da Cidade de Fortaleza	230.000.000,00
b) Aumento da capacidade geradora das usinas de energia elétrica das cidades de Teresina e Parnaíba	75.000.000,00

c) Construção da nova rede de transmissão de 132 Kv, circuito duplo, de Campina Grande a Santa Cruz	120.000.000,00
d) Aumento da capacidade de geração e distribuição de energia elétrica em São Luiz do Maranhão	45.000.000,00

II - Investimentos em Transportes

a) Obras de construção e pavimentação nas seguintes rodovias, inclusive estudos e projetos BR-11:	
- terraplenagem e obras de arte no trecho Alagoinhas-Rio Real (BA)	30.000.000,00
- pavimentação terraplenagem e obras de arte no trecho Posto Fiscal-Estância (SE)	30.000.000,00
- estudos e projetos da ponte rodoferroviária sobre o Rio São Francisco, entre Porto Real do Colégio (AL) Propriá (SE)	15.000.000,00
- terraplenagem obras de arte e pavimentação do trecho do Estado de Alagoas	40.000.000,00
- contorno da Cidade do Recife, terraplenagem, obras de arte e pavimentação, sendo Cr\$20.000.000,00 para acesso ao porto do Recife...	40.000.000,00
- melhoramentos de obras de arte na rodovia João Pessoa - Natal, prolongamento da BR-11:	
a) trecho no Estado da Paraíba	50.000.000,00
b) trecho no Estado do Rio Grande do Norte. BR-13	20.000.000,00
- estudos e projetos da ponte rodoviária sobre o Rio São Francisco, entre Belém do São Francisco (PE) e Barra do Tarrachil (BA)	5.000.000,00
- estudos da modernização do porto da Areia Branca (RN)	15.000.000,00

III - Investimentos em Abastecimento de Água

Maranhão	17.000.000,00
Ceará	40.000.000,00
Rio Grande do Norte	15.000.000,00
Paraíba	10.000.000,00
Pernambuco	40.000.000,00
Alagoas	28.000.000,00
Sergipe	20.000.000,00
Bahia	45.000.000,00

IV - Aplicação em Empreendimentos Diversos

a) Valorização do Vale do Jaguaribe (CE)	25.000.000,00
b) Charqueada em Campo Maior (PI)	15.000.000,00
c) Usina piloto para aproveitamento integral do babaçu	10.000.000,00
d) Constituição de estoques de alimentos para a emergência de seca ...	20.000.000,00

No I Plano Diretor, destaca-se que o capital estrangeiro não foi contemplado. No entanto, essa restrição acabou com a implementação do II Plano Diretor, aprovado na Lei n.º 4.239, de 27 de junho de 1963 (BERCOVICI, 2013). Então, “percebe-se que a visão que a Sudene apresentava para o

Nordeste era radicalmente distinta daquelas formas meramente assistencialista até então vigentes” (CANO, 1985, p. 5).

Tomando como base as tendências principais para a configuração industrial, constata-se na Região Nordeste uma freada no processo de desconcentração industrial, diferentemente do que ocorreu nos anos 1960, quando houve uma expansão das indústrias na região, devido principalmente aos investimentos públicos, no qual podemos observar anteriormente no Art. 36 da Lei n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961. De acordo Redwood III (1984, p. 119),

No começo da década de 1960 iniciou-se um esforço intenso para industrializar o Nordeste brasileiro, baseado em um esquema de incentivos fiscais e financeiros conhecido como o sistema 34/18-Finor. Este esquema fornece diversos estímulos à formação de capital no setor industrial nos estados do Nordeste “oficial” (incluindo o norte de Minas Gerais que faz parte da área de jurisdição da Sudene) e tem como um dos seus objetivos a atração de investimentos, novas tecnologias e capacidade gerencial das partes mais desenvolvidas no país, particularmente dos centros metropolitanos da região Sudeste.

Ainda conforme Redwood III (1984, p. 121), as políticas de industrialização possuíam alguns objetivos básicos, como:

Acelerar o crescimento econômico do Nordeste, fortalecer e diversificar a base econômica da região, reduzir sua dependência de bens manufaturados importados, aumentar a transformação local de matérias-primas e produtos agropecuários regionais e aumentar a absorção de mão-de-obra nos principais centros urbanos da região. A industrialização intensificada visaria atender tanto a crescente demanda regional, quanto mercados extra-regionais [sic]. Em termos mais gerais, a política objetivava contribuir diretamente à redução das amplas e persistentes disparidades regionais de desenvolvimento do país.

Dessa forma, até o final da década de 1980, muitos eram os projetos que foram aprovados pela Sudene e desenvolvidos na região, como os da indústria de transformação, têxtil, alimentares, metalúrgica, minerais não metálicos, vestuário e calçados; alargamento do setor do turismo, como a construção de inúmeros hotéis, devido às belezas naturais apresentadas no litoral nordestino, entre outros investimentos que tanto contribuíram para o desenvolvimento dessa região brasileira (REDWOOD III, 1984).

De 1960 a 1988, de acordo Maria Gomes (1991, *apud* ARAÚJO, 1997, p. 9), “a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do país em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985 o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano)”.

Nesse contexto, a partir da década de 1990, percebe-se que houve uma reconcentração industrial, pois, a ordem que implica nesse momento é a neoliberal, que passa a conduzir a

espacialização da indústria, ou seja, quem passa a direcionar os investimentos da indústria é o capital, no caso o mercado, e não mais o Estado.

Assim, faz-se necessário compreender que o Estado, teoricamente, levaria os investimentos para as áreas que se pretendia desenvolver. Um exemplo bastante importante para entender essa questão é tomando novamente como base os anos de 1960, quando o Estado trás os investimentos produtivos para desenvolver a indústria na região Nordeste, com o ideário de promover o desenvolvimento da região, a partir das políticas de desenvolvimento territorial impostas na época. Araújo (1997, p. 12) afirma que, “É evidente que o Estado patrocinou fortemente o crescimento econômico nas diversas regiões brasileiras. No Nordeste, porém, pode-se afirmar que sua presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas.”.

Com a lógica neoliberal, se tem o afastamento do Estado e o mercado passa a conduzir os fluxos de capitais. Desse modo, compreende-se que o mercado não tem a visão e o objetivo de desenvolver socialmente aquele determinado local onde se instala a indústria, muito menos trazer dinamismo econômico para aquela determinada região. A indústria vai se instalar onde as condições forem mais lucrativas para a sua operação e acumulação. Por isso, tem-se a reconcentração de investimentos produtivos, pois para o capital é muito mais interessante e importante se instalar em regiões que já possuam uma boa infraestrutura. Por exemplo, é muito mais lucrativo se instalar em Pernambuco, onde já se tem uma estrutura produtiva, do que se instalar na Paraíba, onde toda a estrutura produtiva terá que ser montada.

Precisa-se avaliar, ainda assim, que os incentivos fiscais permanecem, mas esses não se comparam ao investimento produtivo de infraestrutura que o Estado aplicou a partir da década de 1960. Então, nessa conjuntura, o mercado passa a ditar a espacialidade das indústrias e, conseqüentemente, a seletividade dos investimentos, se tornando cada vez mais seletivo, se instalando onde tiverem condições de adquirirem lucro máximo.

Por conseguinte, essas tendências vão levar a um processo de fragmentação. Explicando melhor: na década de 1960 houve iniciativa do Estado no projeto de integração nacional a fim de buscar mais articulações regionais, mas, a partir das tendências discutidas e da inserção do Brasil na economia mundial globalizada, tem-se um processo de fragmentação caracterizada pela acentuação das diferenças entre as regiões, bem como a fragmentação dos subespaços econômicos dentro de uma mesma região, como é caso do Nordeste.

Portanto, percebe-se que, além de aprofundar as diferenças regionais herdadas desde o passado, elas conseqüentemente serão acentuadas em outras direções e serão caracterizadas pelos

novos focos de competitividade e de dinamismo que vão surgindo atualmente, apresentando a tendência de fragmentar-se ainda mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a evolução histórica da indústria é o primeiro passo para compreendermos a sua organização nos dias atuais. Apesar do artesanato e da manufatura serem ultrapassadas pela maquinofatura, ainda hoje elas estão presentes nos diferentes países do globo, sendo fonte de renda para as pessoas que, por exemplo, desenvolvem o artesanato em suas casas e vendem em feiras, festas tradicionais, etc.

Mesmo sendo importante a continuação das atividades artesanais e das manufaturas, é preciso compreender que a industrialização é um processo essencial para o desenvolvimento econômico e social dos países, em especial do Brasil, aqui tratado, sendo resultado de um conjunto de transformações técnico-produtivas. A chegada de indústrias em localidades de um estado transforma todo o espaço ao redor, pois é construída toda uma infraestrutura no que diz respeito a rodovias, para escoar a produção, e também no setor de comércio e serviços. Quanto mais pessoas empregadas, mais dinâmico o comércio da cidade fica visto que os salários serão investidos em mercados, farmácias, *shoppings*, etc. locais.

No Nordeste, a industrialização aconteceu a partir de investimentos do estado em infraestrutura. Percebe-se que as áreas onde acontecem as aplicações de capitais são bem concentradas, e é justamente nessas que as indústrias se instalam. Nesse sentido, ao falar de industrialização no Nordeste não se pode deixar de citar o papel da Sudene, cujo objetivo desde sua criação, em 1959, foi de promover e coordenar o desenvolvimento da região.

Apesar de todo o avanço das indústrias no Brasil entre 1930 e fins de 1970, desde a década de 1980 observa-se um processo de desindustrialização, já que o país não conseguiu acompanhar o ritmo do desenvolvimento na fronteira do que os países centrais e até mesmo periféricos, como a China, fizeram a partir desse período. Assim, nas últimas décadas, o Brasil tem vivenciando uma regressão estrutural de sua base produtiva, mesmo sem atingir a sua maturidade devido à falta de uma política industrial adequada.

Em síntese, seria necessária uma política financeira de crédito em longo prazo e uma política de apoio às exportações a fim de se pensar num plano político para que o Brasil passasse a ser considerado um polo de desenvolvimento industrial que atraísse investimento do capital brasileiro e estrangeiro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. L. B. A indústria no Nordeste na dinâmica regional brasileira: um resgate histórico ao movimento de desconcentração regional. In: **VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9ª Conferência Internacional de História de Empresas**, Campinas, São Paulo, 2009.
- ANDRADE, M. C. de. **Nordeste, Espaço e Tempo**. São Paulo: Editora Vozes, 1970.
- ARAÚJO, T. B. de. Dossiê Nordeste I: herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, abril, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BERCOVICI, G. O Federalismo e as Regiões. In: RAMOS, D. T. (org.). **O Federalista atual: teoria do Federalismo**. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013, pp. 191-214.
- BONAVIDES, P. **Do Estado liberal ao Estado social**. São Paulo: Malheiros Editores, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 3.995 de 15 de dezembro de 1961**. Aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências. Brasília, DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3995.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 4.239 de 27 de junho de 1962**. Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências. Brasília, DF, 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4239.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.
- CANO, W. (Des) Industrialização e (Sub) Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p.139-174, jul.-dez. 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118/122>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- DIAS, R. L. T. **Conceitos de manufatura enxuta aplicados a uma indústria de suprimentos e dispositivos médicos**. 2006. 35 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2006. Disponível em: https://www.ufjf.br/engenhariadeproducao/files/2014/09/2006_3_Rafaela.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.
- FERRAZ JR. Processo de desindustrialização no Brasil se acentua. **Jornal da USP**, Ribeirão Preto, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/processo-de-desindustrializacao-no-brasil-se-acentua/>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- LAMOSO, L. P. O desenvolvimento brasileiro em questão: mutações, dicotomias e dinâmicas territoriais. **Geografia**, Rio Claro, v. 44, n. 2, jul.-dez. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15116>. Acesso em: 1 set. 2020.
- LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 27-42, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53733>. Acesso em 20 de dez. 2021.
- MARSON, M. D. **Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1960**. 2012. 188 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-19062012-185159/publico/MichelDeliberaliMarsonVC.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2021.
- NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil?. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 28, n. 1, p. 72-96, jan.-mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a04v28n1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

OLIVEIRA, C. A. B. de. **Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

OLIVEIRA, T. A. de.; DANTAS, L. A. de. L. A organização social e o surgimento do Estado na Idade Média. **UNI7**, v. 8, n. 1, maio, 2018. Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica da UNI7. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/603> . Acesso em: 4 abr. 2021.

PINTAUDI, S. M.; CARLOS, A. F. A. Espaço e indústria no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 5-23, jan.-mar. 1995. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000932955> . Acesso em: 26 abr. 2021.

PINTO, G. L. H. Celso Furtado, 100 anos: uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (1959). **Economia & História**, p. 55-62, jul. 2020. Especial Celso Furtado. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif478-55-62.pdf> . Acesso em: 28 jun. 2021.

REDWOOD III, J. Incentivos fiscais, empresas extra-regionais e a industrialização recente do Nordeste brasileiro. **Estudos Econômicos**, v. 14, n. 1, 119-143, jan.-abr. 1984. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156974> . Acesso em: 23 jun. 2021.

ROWTHORN, R; RAMASWAMY, R. Growth, trade, and deindustrialization. **IMF Staff Papers**, Washington, DC, v. 46, n. 1, p. 18-41, March, 1999.

SAMPAIO, D. P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil**. 2015, 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

SUZIGAN, W. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. **História Econômica & História de Empresas**, v. 3, n. 2, p. 7-25, 2000. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/143> . Acesso em: 20 mar. 2022.

VERSIANI, F. R; VERSIANI, M. T. R. O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 37-63, 1975. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/147377/140931> . Acesso em: 10 jan. 2022.